





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

ESTUDOS DEPLAN

Nº 02/2010

Apontamentos para uma agenda de desenvolvimento
da economia gaúcha



**GOVERNADORA
YEDA RORATO CRUSIUS**

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

SECRETÁRIO: José Alfredo Pezzi Parode

SECRETÁRIO ADJUNTO: Alexandre Alves Porsse

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

DIRETORA: Rejane Maria Alievi

DIRETORA ADJUNTA: Carla Giane Soares da Cunha

EQUIPE EDITORIAL

Antonio Paulo Cargnin

Laurie Fofonka Cunha

Maria Lúcia Leitão de Carvalho

Rubens Soares de Lima

Suzana Beatriz de Oliveira

EQUIPE TÉCNICA

REVISÃO: Maria Lúcia Leitão de Carvalho, Marlise Margô Henrich, Vera Helena da Fonseca

DIAGRAMAÇÃO: Irmgard Penz

CAPA

Marco Antonio Spassal Penha

As opiniões nesta publicação são de exclusiva responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o posicionamento da SEPLAG.

É permitida a reprodução dos artigos publicados pela revista, desde que citada a fonte. São proibidas as reproduções para fins comerciais.

Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada para:

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG / DEPLAN

Revista **Estudos DEPLAN**

AV. Borges de Medeiros, 1501 / 9º andar – Porto Alegre, RS – CEP 90119-900

Fone: (51) 3288-1543 – FAX: (51) 3288-1546 Email: deplan@seplag.rs.gov.br

Homepage: www.seplag.rs.gov.br

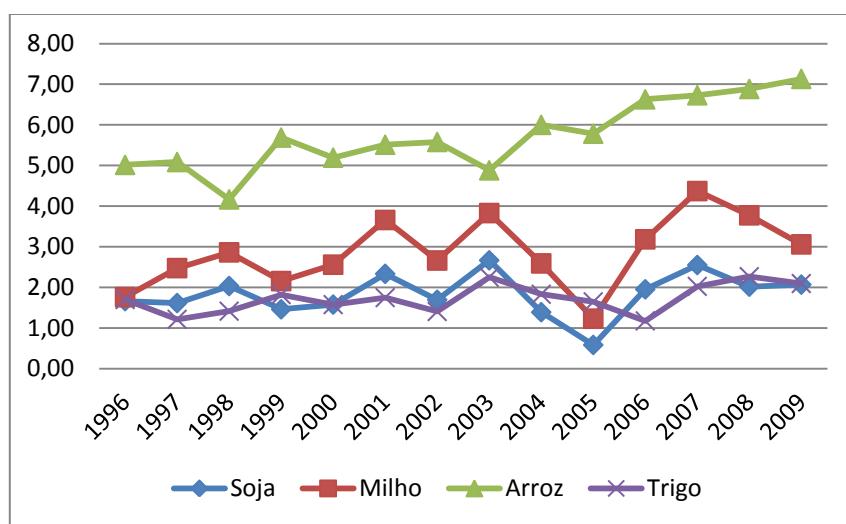
QUESTÕES PONTUAIS SOBRE O AGRONEGÓCIO

*Luciana Dal Forno Gianluppi**

1 Produtividade e irrigação

O Rio Grande do Sul vem, sistematicamente, passando por períodos de seca, afetando a produção dos principais produtos agrícolas do Estado. O gráfico abaixo demonstra quedas na produção ocasionadas, em sua maior parte, por falta de chuva em momentos críticos da safra.

Gráfico 1 - Produtividade das principais lavouras temporárias do Rio Grande do Sul (t/ha)



Fonte: SIDRA/IBGE

É possível perceber que, em média, a cada três anos há uma seca, ocasionando uma grande baixa na produtividade das principais lavouras do Rio Grande do Sul. Quando se compararam as culturas de verão (soja, milho e arroz), verifica-se que o desempenho da rizicultura, que utiliza a irrigação, é superior e com tendência de crescimento em relação às outras duas culturas, que são de sequeiro e dependem do regime natural das chuvas para prover umidade às plantações.

Além das quebras de safras, há ainda um problema de ordem microeconômica nas propriedades: a renda líquida da produção de sequeiro com preços médios é negativa e, quando se analisa com preços mínimos, a receita se torna negativa. Em propriedades que possuem sistemas de irrigação, o cenário é o inverso.

Levando-se em consideração que a produtividade da soja no solo úmido é cinco vezes superior à no solo seco, as alternativas mais viáveis para solucionar a falta de umidade ocasionada pela escassez de chuva para as safras de verão são os mecanismos de irrigação.

Para tanto, a política pública estadual para a irrigação deve ser voltada para investimentos em acúmulo de água, treinamento de técnicos e agricultores, subsídio para investimentos em irrigação, reforma de açudes e revestimentos de canais de distribuição de água (evitando o desperdício desta). Também é importante que seja criada uma empresa pública de água primária para organizar a exploração desse recurso e, ainda, que a tarifação da água natural seja eliminada, cobrando-se pelos serviços disponibilizados.

* Economista e Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG/RS)

Além disso, é necessário que sejam estruturados mecanismos operacionais, como os Comitês de Bacias, de forma que estes tenham representatividade efetiva da sociedade. Para tanto, é preciso que haja financiamento público para essas organizações e que elas estejam dentro de entidades bem estruturadas, como a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) e universidades regionais.

Através da produção irrigada, o Rio Grande do Sul tem potencial para colher 92 milhões de toneladas de grãos em 12 milhões de hectares, sem afetar as áreas para hortaliças, pecuária e florestas, o que resultaria em um valor bruto da produção de US\$ 34 bilhões.

O Estado gaúcho tem condições para aumentar a produtividade do seu agronegócio. Entretanto, são necessários investimentos para que as adversidades da natureza não sejam o fator limitante para isso.

2 Produção de Carnes

A Bovinocultura de Corte no Rio Grande do Sul

O Estado possui, atualmente, conforme o IBGE, 14 milhões de bovinos, representando 7% do rebanho nacional, e abate anualmente cerca de 1,5 milhão de animais, isto é, 5% do total do País. Essa produção não tem sido suficiente para suprir as necessidades do mercado gaúcho de carne, sendo necessária a importação de outros estados brasileiros e do exterior.

A carne de procedência estrangeira é proveniente, principalmente, do Uruguai, de onde se compra grandes quantidades de cortes nobres (de 15 a 20 milhões de toneladas anualmente), sendo que essa importação é feita diretamente pelas redes varejistas. A carne trazida de outros estados brasileiros representa 23% do total consumido no Rio Grande do Sul. A maior parte desse produto (80%) tem origem no Norte e no Centro-Oeste do Brasil, com destaque para Rondônia e Goiás, chegando ao Estado gaúcho com um preço menor do que aquele produzido internamente devido à produtividade do rebanho daquelas regiões e às incidências tributárias envolvidas. Esse processo de importação tem desestruturado a cadeia da carne bovina no Rio Grande do Sul, e a situação se agrava quando as exportações gaúchas crescem.

A causa para esse hiato entre oferta e demanda interna está na retroalimentação entre a baixa lucratividade da bovinocultura e a baixa produtividade dessa atividade no Estado. Para resolver tal problema é necessário que seja maior o número de terneiros desmamados anualmente, de forma que se tenha maior quantidade de animais em fase de engorda, que se aumente o número de animais abatidos a cada ano e que o peso no momento do abate seja maior. Essa solução passa, necessariamente, por uma maior apropriação da tecnologia existente por parte dos produtores rurais e ampliação de soluções tecnológicas (existem ainda carências nas áreas de sanidade, nutrição, reprodução, genética e manejo dos animais).

Contudo, são limitantes do processo de aprimoramento da produção as áreas da gestão e da capacitação dos recursos humanos utilizados na atividade rural. A atividade rural como um todo (agricultura e pecuária) ainda é mantida sem profissionalização, faltando aos gestores conhecimento do como gerir a empresa e instrumentos que os auxiliem na gestão. No caso dos empregados, os conhecimentos operacionais são baseados na prática diária, carecendo de saberes tecnológicos e científicos – tão necessários para um bom desempenho da produção.

A bovinocultura de corte gaúcha ainda enfrenta outros problemas, especialmente quando se tem em mente as exportações, no que se refere: à padronização da produção, devido à multiplicidade de raças que compõem o rebanho do Estado; às diversas certificações existentes; à sanidade animal, fragilizada principalmente em áreas de fronteira; e à rastreabilidade dos animais.

O Rio Grande do Sul apresenta, entretanto, pontos positivos com relação à sua produção frente às demais regiões produtoras do Brasil: possui raças britânicas, conhecidas pela boa qualidade da sua carne; o pampa é um ambiente exclusivo da pecuária gaúcha; e o Estado possui tradição como criador de gado bovino, implicando o conhecimento da atividade. O Rio Grande do Sul ainda pode se aproveitar de oportunidades como a certificação sanitária, na medida em que seu rebanho não apresenta algumas doenças graves (como é o caso da Encefalopatia Espongiforme Bovina, também conhecida como Doença da Vaca Louca), a utilização da certificação de denominação de origem (como a Carne do Pampa Gaúcho) e o atendimento a nichos de mercados que buscam carnes com as características das do rebanho do Estado.

Para que o Estado gaúcho possa ampliar a produtividade da bovinocultura de corte e, assim, aproveitar suas potencialidades e as oportunidades que o mercado da carne apresenta, é necessário que exista uma política voltada para esse setor, atuando em toda a cadeia produtiva, principalmente, na sua organização. Nesse caso, um organismo paraestatal de inteligência estratégica voltado para o desenvolvimento setorial, que englobe Governo, produtores rurais e indústria, seria de grande importância.

A área de pesquisa agropecuária também precisa ser fortalecida, ampliando recursos da Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa (FAPERGS) e da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO) para que sejam criados novos sistemas de produção e encontradas soluções aos entraves de sanidade, nutrição animal e genética. Contudo, para que essas soluções cheguem até os bovinocultores, o sistema de extensão rural deve ser melhorado e ampliado para todos os produtores – e não apenas para os familiares.

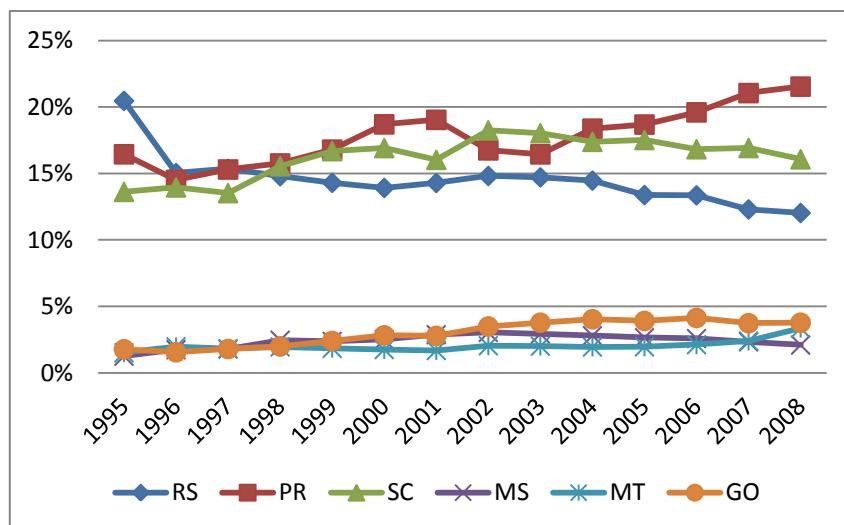
Para solucionar a questão de recursos humanos é preciso que os operadores de campo sejam qualificados de forma que possam lidar com novas tecnologias e demandas de mercado – um centro de formação seria uma alternativa para isso.

Existem, portanto, muitas oportunidades de atuação do Rio Grande do Sul para que a cadeia da bovinocultura de corte tenha uma maior organização e possa, assim, desenvolver as suas potencialidades.

A Avicultura e a Suinocultura no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul é, tradicionalmente, um grande produtor de aves – com destaque para o frango de corte. O modelo de integração entre a grande indústria abatedora e processadora e os pequenos agricultores do norte do Estado, que criam os animais em seus aviários, apresentou bons resultados para a economia gaúcha por muitos anos, transformando o Estado gaúcho no maior produtor nacional de frangos. Contudo, desde meados da década de 1990, a avicultura gaúcha tem perdido participação na produção nacional.

Gráfico 2 - Participação por estado na produção de frangos (%)

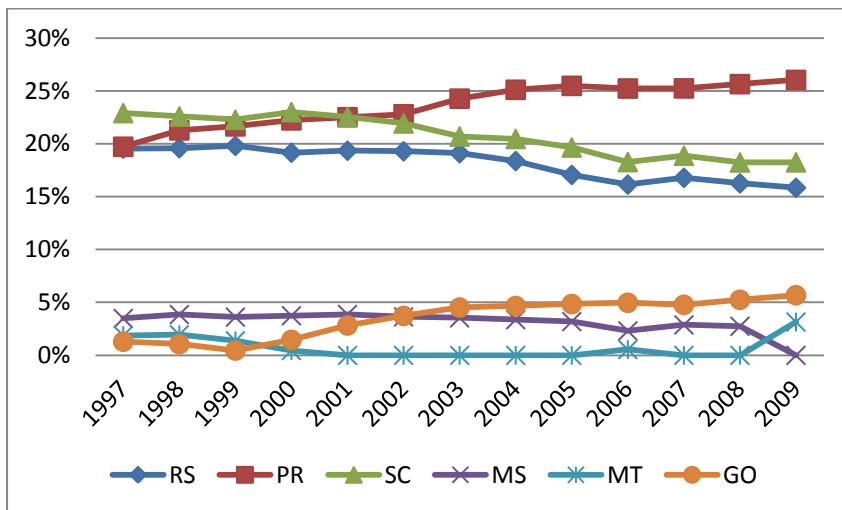


Fonte: PPM/IBGE

O Gráfico 2 mostra que o Rio Grande do Sul tem como grandes concorrentes os outros dois estados da Região Sul. No início da série exposta no Gráfico (ano de 1995), o Estado gaúcho apresentava a maior produção de frangos, passando para o terceiro lugar em 2008, cabendo ressaltar que a sua perda de participação no total nacional é devida ao grande crescimento da produção nos demais estados. Ou seja, enquanto o Rio Grande do Sul aumentou o seu plantel em 8%, de 1995 a 2008, Paraná e Santa Catarina tiveram crescimento de 141% e 117% do seu efetivo de frangos, respectivamente. Os três estados do Centro-Oeste tiveram crescimento muito maior, mas a sua produção inicial era pequena e, assim, qualquer aumento tem grande representatividade.

No caso do abate de frangos, o Rio Grande do Sul também perdeu participação, embora em menor proporção do que aquela ocorrida na produção, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Participação por estado no abate de frangos (%).



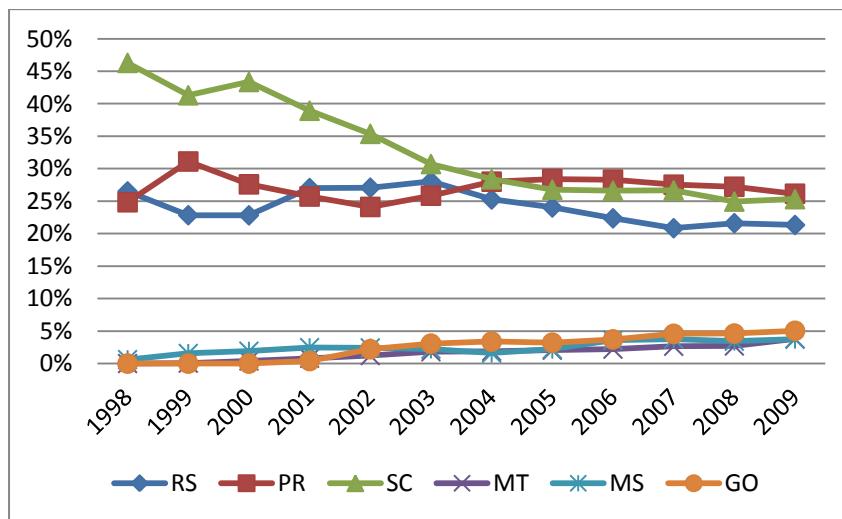
Fonte: PPM/IBGE

No período observado, o Estado gaúcho perdeu mais de três pontos percentuais de participação, enquanto o Paraná ganhou mais de seis pontos percentuais. Santa Catarina seguiu o mesmo movimento do Rio Grande do Sul. Chama a atenção que o aumento no abate de frangos em Mato Grosso e Goiás foi maior que o crescimento no número de animais, indicando que há um boa disponibilidade para o abate, isto é, os animais que estão nos aviários já estão prontos para serem abatidos.

Novamente, apesar de o Rio Grande do Sul perder participação no total nacional, em números absolutos, o abate tem crescido – em valores menores que os do Paraná, que também é o primeiro no Brasil.

No que respeita à participação das exportações gaúchas de frango no total nacional, observa-se que a trajetória do Rio Grande do Sul é irregular estando, desde 2003, em tendência de queda. Isso é devido, fundamentalmente, ao aumento do percentual de participação de outros estados uma vez que, em termos da quantidade exportada, o Estado gaúcho apresentou um crescimento de 329% no período considerado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Participação nas exportações de carne de frango por estado (%)



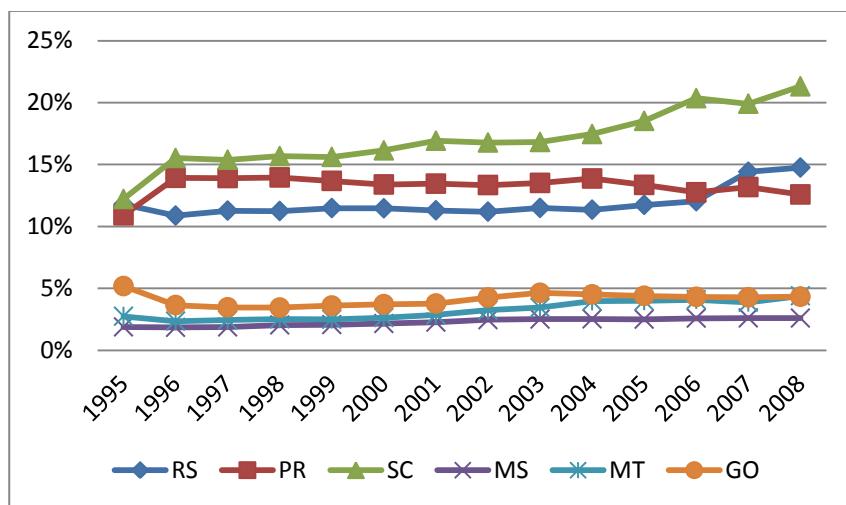
Fonte: AliceWeb/MDIC

O que se percebe na avicultura de corte gaúcha é que ela perde participação no cenário nacional por crescer menos, em números absolutos, que os demais estados concorrentes – e essa observação é válida para a produção, abate e exportação de frangos.

A suinocultura no Rio Grande do Sul apresenta, em uma análise estática para o último ano observado, um panorama melhor que o da avicultura: o Estado é o segundo maior na produção e abate (Gráficos 5 e 6) e é o maior em exportação de suínos (Gráfico 7).

A quantidade de suínos produzida entre 1995 e 2006 cresceu apenas 2%, refletindo-se no Gráfico 5 como a estagnação da participação do Estado gaúcho na produção do País. Enquanto isso, Santa Catarina e Paraná aumentaram sua produção em 14% e 62% respectivamente. A partir de 2006, o Rio Grande do Sul foi o estado que mais aumentou a sua produção – em 22%, enquanto Santa Catarina ampliou essa produção em 9% e o Paraná, em 3%. Esse crescimento do número de animais implicou colocar o Estado catarinense como o maior produtor nacional de suínos, com 19,9% do total nacional; o Rio Grande do Sul, na segunda posição, com participação de 14,4%; e o Paraná, em terceiro lugar, produzindo 12,6% do total do Brasil.

Gráfico 5 - Participação por estado na produção de suínos (%)

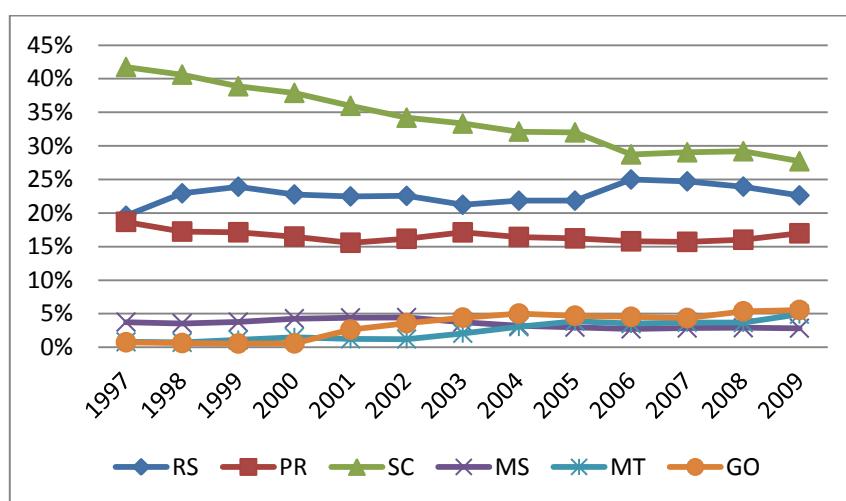


Fonte: PPM/IBGE

O abate de suínos no Rio Grande do Sul tem perdido participação frente a outros estados, devido ao pequeno crescimento dos valores absolutos – movimento que também acontece com os abates catarinenses, como ilustra o Gráfico 6.

Cabe destacar, também, que o ritmo de crescimento dos abates nos estados do Centro-Oeste é muito maior que o dos estados do Sul. Enquanto no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná aumentou o número de abates em, respectivamente, 162%, 51% e 106%, o Mato Grosso ampliou esse número em 1.281% e Goiás, em 1.591%.

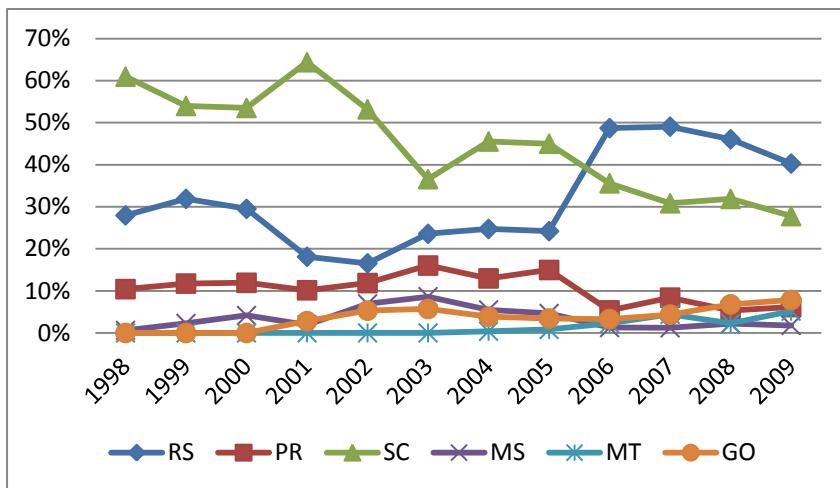
Gráfico 6 - Participação por estado no abate de suínos (%)



Fonte: PPM/IBGE

O Gráfico 7 ilustra o comportamento da participação dos estados nas exportações de carne suína do Brasil. É possível perceber que, apesar de momentos de queda, o Rio Grande do Sul tem aumentado a sua participação, não havendo uma tendência de queda como a que se manifesta em Santa Catarina.

Gráfico 7 - Participação nas exportações de carne suína por estado (%)



Fonte: AliceWeb/MDIC

Se observado todo o período abrangido e as quantidades exportadas, todos os estados contemplados no Gráfico 7 ampliaram as exportações, o que, em parte, explica as quedas na participação nacional. Há que se destacar que, de 2007 em diante, as exportações suínas nacionais não tiveram expressiva expansão devido ao maior consumo interno dessa carne, ao menor ritmo de crescimento da produção (o que se deve ao abate de matrizes nesse período) e à crise internacional.

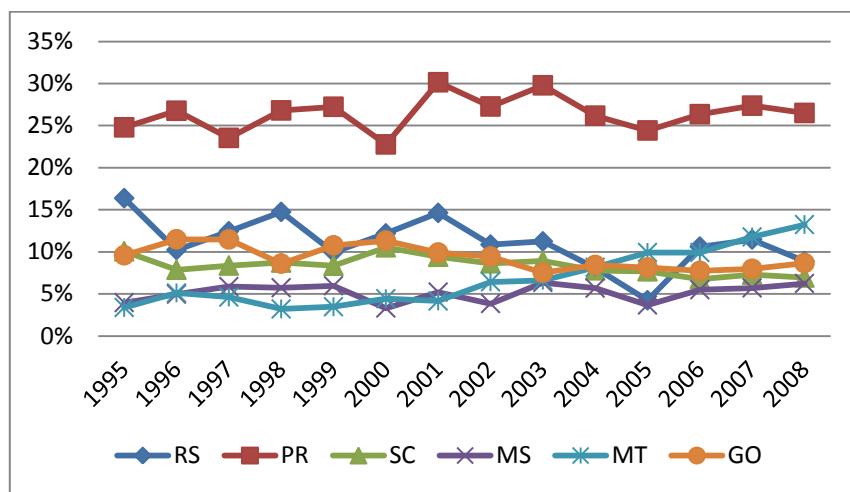
Fazendo uma análise global comparativa da suinocultura e da avicultura no Rio Grande do Sul, é possível perceber comportamentos diversos nessas duas atividades: na suinocultura, o Estado gaúcho mantém ou amplia espaço no cenário nacional devido ao crescimento verificado em valores absolutos, contrariamente ao que ocorre na avicultura.

Além disso, na suinocultura, o Rio Grande do Sul compete fortemente com Santa Catarina, enquanto na avicultura, é o Paraná que tem tirado a maior parte do espaço gaúcho. Apesar de não serem grandes concorrentes, os estados do Centro-Oeste vêm ampliando a sua participação, tanto na suinocultura como na avicultura. Uma razão para isso é a maior produção de milho e soja, componentes principais das rações que alimentam suínos e frangos nesses estados, não incidindo no custo o peso do frete para o transporte da matéria-prima até a fábrica de rações.

O Gráfico 8 mostra a produção de milho por estado. Aí observa-se que o Paraná tem a maior quantidade produzida do Brasil. Os demais estados ficam estabilizados entre 5% e 10% do total nacional. O Rio Grande do Sul inicia a série exposta no gráfico como o segundo maior produtor, respondendo por mais de 16%; no decorrer dos anos, oscila a produção com anos de boas participações e outros de más; e termina a série como segundo produtor nacional (8,88%), mas quase sendo ultrapassado por Goiás (8,66%).

Em se tratando das quantidades absolutas, o Rio Grande do Sul reduziu em 12% a sua produção de milho ao longo do período examinado. Os demais estados representados aumentaram a sua produção de 12%, como é o caso de Santa Catarina, a 536%, como o Mato Grosso.

Gráfico 8 - Produção de milho por estado (%)

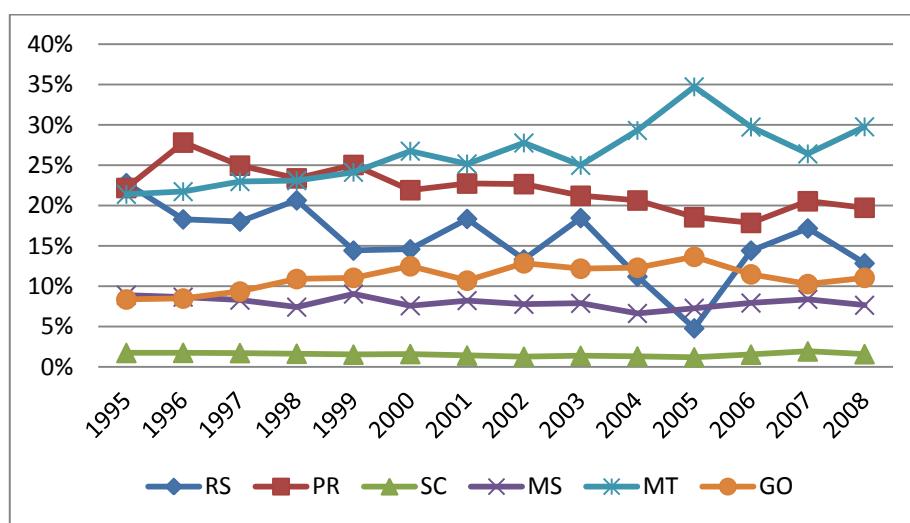


Fonte: PAM/IBGE

Nesta análise, deve-se levar em conta que o milho concorre com a soja por área para plantio, especialmente em estados como o Rio Grande do Sul, em que a área para a agricultura não tem como ser ampliada sem absorver espaço de outra atividade produtiva. Assim, em anos em que se projeta maior lucratividade da lavoura de soja, a área plantada com milho é reduzida.

No caso da soja, observa-se uma grande oscilação na produção do Estado gaúcho durante os 14 anos contemplados no Gráfico 9. Em valores absolutos, houve safras de produção muito baixa, como a de 2005 (ano de severa estiagem), e anos de produção recorde, como a de 2007. Com relação à participação, o Rio Grande do Sul deixou de ser o maior produtor do grão durante os anos 1990, quando os estados do Centro-Oeste ampliaram a sua área plantada, e o Paraná surgiu como grande produtor. As oscilações na produção ocorrem por variação de área, uma vez que, assim como no Rio Grande do Sul, em outros estados a ampliação se dá por redução do espaço de outras atividades e por variações na produtividade.

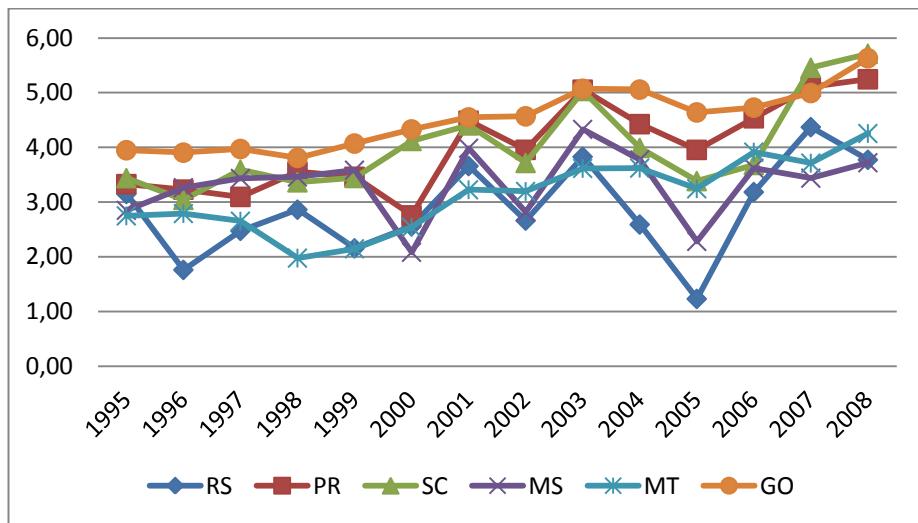
Gráfico 9 - Produção de soja por estado (%)



Fonte: PAM/IBGE

A produtividade constitui-se em um dos maiores problemas enfrentados pelas culturas do milho e da soja no Rio Grande do Sul, comparativamente a outros estados, como pode ser visualizado nos Gráficos 10 e 11.

Gráfico 10 - Produtividade média das lavouras de milho por estado (t/ha)

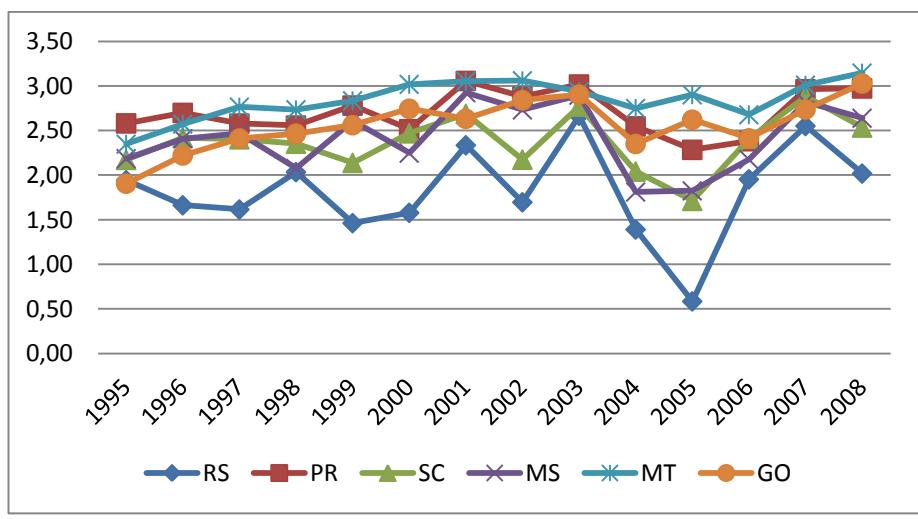


Fonte: PAM/IBGE

O Gráfico 10 mostra a produtividade média das lavouras de milho, percebendo-se que no Rio Grande do Sul ela acompanha a tendência de crescimento que ocorre nos outros estados considerados e no Brasil como um todo. Contudo, a produtividade gaúcha encontra-se distante da apresentada pelo estado com maior produtividade (Goiás) que, no início da série, produzia 3,95 toneladas de milho por hectare plantado e no final do período observado chegou a 5,63 t/ha, mantendo uma trajetória sem muitos choques. O Estado gaúcho, por sua vez, saiu de 3,15 t/ha e chegou a 3,77 t/ha, com um comportamento repleto de oscilações fortes, tendo produzido 1,23 t/ha em 2005 e 4,37 t/ha, em 2006.

No que se refere à soja, a produtividade gaúcha é pior que a do milho uma vez que, conforme se observa no Gráfico 11, todos os estados considerados apresentam maior produção por área, sem trocarem de posição com o Rio Grande do Sul, e essa situação normalmente piora em anos de estiagem.

Gráfico 11 - Produtividade média das lavouras de soja por estado (t/ha)



Fonte: PAM/IBGE

Nesta curta análise, é possível vislumbrar-se que o Rio Grande do Sul está perdendo importância no cenário nacional, tanto na suinocultura como na avicultura, frente ao expressivo crescimento dessas atividades em outros estados. Não é possível afirmar-se, entretanto, de forma categórica, que essa situação seja devida à necessidade de insumos para a alimentação desses animais.

Fatores como ganhos de escala com grandes aviários (um grande aviário no Centro-Oeste pode comportar até 340 mil aves enquanto no Rio Grande do Sul comporta 60 mil) e com mega-abatedouros, redução nos custos logísticos de integração empresa-pequeno produtor (o que inclui suprimento de insumos,

serviços veterinários, coleta de animais) e custos de transação com os contratos de muitos pequenos produtores integrados são importantes na decisão das empresas integradoras de frangos e suínos para aumentar a produção em outros estados.

É claro que um custo mais baixo da ração pode pesar no momento de se tomar a decisão de redução da produção no Rio Grande do Sul. Para tanto, fazem-se necessárias políticas visando ao aumento da produtividade do milho e da soja. O uso de cultivares de milho e soja mais produtivos e resistentes à seca, assim como a ampliação da utilização da correção da acidez do solo são questões a serem contempladas por essas políticas. Além disso, como já foi mencionado anteriormente, deve-se disseminar a prática da irrigação entre os agricultores para que, em anos de estiagem, que têm se tornado cada vez mais frequentes, toda a economia do Estado não venha a sofrer as consequências.

REFERÊNCIAS

HELPAND, Steven M.; REZENDE, Gervásio Castro de. Mudança na distribuição espacial de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro-Oeste. **Texto para Discussão n. 611**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Agrícola Municipal**. 2010.

_____.**Pesquisa Pecuária Municipal**. 2010.

_____.**Sistema IBGE de Recuperação Automática**. 2010.

LAZZARI, Martinho Roberto. Avicultura de corte no Brasil: uma comparação entre as regiões Sul e Centro-Oeste. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 4, p. 259-290, fev. 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO. AliceWeb. 2010. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>